

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
Herbert Victor Levy — Presidente  
Luiz Fernando Ferreira Levy — Vice-Presidente

Paulo Roberto Ferreira Levy  
Henrique Alves de Araújo  
Roberto de Souza Ayres  
Delacir Mazzini  
Benjamim Constant Correa Junior

# GAZETA MERCANTIL

Segunda-feira, 6 de fevereiro de 1995

*Carolino, Ferreira, 17 de fev 1995*

DIRETORIA  
Diretor-Presidente  
Luiz Fernando Ferreira Levy  
Diretores Executivos  
Dirceu Brisola  
Henrique Alves de Araújo  
José Ruy Alvarez Filho  
Luiz Augusto de Castro

Página 4

Muito criticado pelo "imobilismo" no primeiro mês de seu mandato, por não ter tomado "medidas de impacto", das quais o País guarda tão amarga memória, o presidente Fernando Henrique Cardoso, em seu pronunciamento à Nação na última sexta-feira, reagiu bem a seu estilo, reafirmando suas qualidades de liderança e comprovando ser ele próprio o coordenador político por excelência do governo.

Em face de uma onda pessimista que ameaçava o País neste início de 1995, o povo aguardava a fala do presidente, que, sem desculpar os problemas mais urgentes, vinha procurando concentrar-se na estruturação de um novo sistema de gestão no governo, de modo a permitir a melhor coordenação do Ministério e afastar o clientelismo e a pressão de grupos corporativistas. Em boa hora, o presidente resolveu vir a público para marcar sua posição diante de decisões insensatas de um Congresso em fim de mandato e do agravamento da crise mexicana, que vinha alimentando a "fracassomania", que, felizmente, não contamina o governo na fase histórica de renovação em que o Brasil ingressou.

Toda a Nação conhece os motivos pelos quais o presidente não poderia sancionar o projeto aprovado pelo Congresso elevando de imediato o salário mínimo para R\$ 100. Fernando Henrique os reiterou, ressaltando que, na legislatura passada, os benefícios da Previdência foram aumentados em 42%, sem que os parlamentares se preocupassem em saber de onde viriam os recursos. O presidente, porém, não ficou na defensiva. Ele se comprometeu a enviar ao Congresso no próximo dia 16 propostas de reforma da Constituição e projetos de lei que lhe permitirão sancionar, tão logo haja aprovação do Congresso, um reajuste real do salário mínimo.

A responsabilidade é, pois, do Congresso em prover os meios para que suas decisões sejam transformadas em realidade. Quanto aos aumentos dos salários dos parlamentares, dos ministros e do próprio presidente, a questão é da competência exclusiva do Legislativo, e o presidente nada poderia fazer. Mas fez. Em um gesto altamente significativo, toda a cúpu-

la do governo, incluindo o presidente, o vice e todos os ministros, abrirá mão da gratificação de função equivalente a 25% de seus proventos até que seja viável, sem lesão às finanças públicas, fixar o salário mínimo em R\$ 100. É um exemplo que a Nação agora tem de exigir que seja imitado pelos deputados e senadores, que deveriam, pelo menos, como disse Fernando Henrique, rever a decisão que lhes acabou propiciando quinze salários por ano.

Com precisão, o presidente indicou qual o padrão ético que a Nação espera de seus representantes, que têm igualmente de trabalhar com assiduidade. Mas só os fisiológicos, os negativistas empedernidos, veriam nessa atitude uma tentativa de criar um ambiente de confronto com o Congresso. O presidente sabe que precisa do apoio ativo dos parlamentares para levar adiante as reformas que o País reclama e ele e seus ministros vêm realizando um esforço de diálogo com o Legislativo, por meio de seminários, sem paralelo na história do País.

Fernando Henrique receberá certamente críticas por não ter vetado o projeto que anistia os deputados e senadores acusados de usar a gráfica do Senado para fins eleitoreiros. Ele revelou ter recebido centenas de cartas e telegramas pedindo que o fizesse e nós nos associamos aos cidadãos que tomaram essa iniciativa. Mas somos capazes de compreender o dilema em que se viu colocado o chefe do Executivo diante de um tema que poderia acirrar conflitos entre os poderes da República.

Há questões conjunturais embarrancos, mas o atual governo deu mostras de que sabe como lidar com elas, com plena consciência do caminho a percorrer. A inflação está em queda e assim continuará sem rupturas ca-suísticas. A crise mexicana é um alerta, mas não chega a assustar o País, que detém uma forte posição de reservas, recuperou a posição superavitária na balança comercial, tem uma economia em crescimento e é objeto de intenso interesse por parte de empresas estrangeiras que querem investir aqui para ampliar a produção e não apenas para especular.

Não há melhor retórica do que a verdade.

## Anti-“fracassomania”